



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO – PROCESSO Nº SEI-2025-15008662
SECRETARIA DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.030/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1 – O MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, por meio da **SECRETARIA DE SAÚDE**, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, para a **Contratação de empresa prestadora de serviços para disponibilização de profissionais condutores (motoristas) destinados à condução e operação da frota oficial da Secretaria Municipal de Saúde (SSA), composta por veículos leves e vans, visando atender às demandas administrativas, assistenciais e de vigilância em saúde**, prestação de serviços devidamente descritos, caracterizados e especificados neste Edital e/ou no Termo de Referência, na forma da lei.

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, da **Lei Complementar Federal nº 123/2006** (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), da **Lei Complementar Federal nº 101/2000** (Lei de Responsabilidade Fiscal), do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/90** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema COMPRAS.GOV, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas), mantido pelo Governo Federal, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.4 – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.5 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo o art.71, inciso II e §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 – As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.7 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: pregao@angra.rj.gov.br.

1.7.1 – O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

1.8 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: pregao@angra.rj.gov.br.



1.8.1 – Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.8.2 – A impugnação possui efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.8.3 – Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

1.9 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nos itens 1.7.1. ou 1.8.1., conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

2.1 – No dia 15 de Junho de 2026 às 10 hs, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.030/2026, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas).

2.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

3. OBJETO

3.1 – O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa prestadora de serviços para disponibilização de profissionais condutores (motoristas) destinados à condução e operação da frota oficial da Secretaria Municipal de Saúde (SSA), composta por veículos leves e vans, visando atender às demandas administrativas, assistenciais e de vigilância em saúde**, conforme as especificações constantes deste Edital e/ou do Termo de Referência.

3.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste Edital, prevalecerão as constantes no Termo de Referência.

4. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE SAÚDE

PROGRAMA DE TRABALHO: 15001002.

CÓDIGO DE DESPESA: 339034.

FONTE DE RECURSO: 27.2701.10.301.0204.2209.

4.2 – O preço total estimado pela Administração para o objeto deste pregão é de **R\$ 5.239.069,20** (cinco milhões, duzentos e trinta e nove mil, sessenta e nove reais e vinte centavos).



5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1 – O critério de julgamento da presente licitação é o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

6. PRAZOS

6.1 – A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 12 (doze) meses contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

6.1.1 – O prazo de início dos serviços será a partir do recebimento da Ordem de Serviços.

6.2 – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2.1 – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

6.2.2 – O prazo de garantia convencional por conta da CONTRATADA será de **12** (doze) meses a contar do **aceite**, na forma do Termo de Referência, sem prejuízo da garantia legal de adequação dos serviços.

6.3 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação.

6.4 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada do instrumento equivalente, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado junto ao Provedor do Sistema (<https://www.gov.br/compras/pt-br>.)

7.2 – Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

7.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistirá qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos serviços que cotar.

7.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

7.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.



7.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

7.7 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações.

7.8 – Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que apresentem a documentação de habilitação descrita no subitem (A.7) do item 12.

7.9 – Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

(a) as empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a **SECRETARIA DE SAÚDE**, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea (d). Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

(b) apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico-financeira;

(c) as empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

(d) as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

(e) O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

7.10 – As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise da **SECRETARIA DE SAÚDE**, para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

7.10.1 – A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela **SECRETARIA DE SAÚDE** e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados à ocasião do certame.



7.11 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

7.12 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

7.13 – Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.14 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.15 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

7.16 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

7.16.1 – A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

8. CREDENCIAMENTO

8.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.1.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema COMPRASNET.

8.1.2 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.1.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.



8.1.4 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou à **SECRETARIA DE SAÚDE**, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.1.5 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

9. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO

9.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública prevista no item 2.1.

9.1.1 – A etapa de que trata esse item será encerrada com a abertura da sessão pública.

9.1.2 – As propostas de preço serão ofertadas com base no **MENOR PREÇO GLOBAL** do objeto licitado.

9.2 – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas e os documentos de habilitação inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 2.1.

9.2.1 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.2.2 – Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital, nos termos do item 11.4.2.

9.2.3 – O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

9.2.3.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 9.2.3, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.2.4 – Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização de procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.3 – No preço proposto serão computadas **todas as despesas para a entrega do(s) bem(ns) ou serviço(s)**, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto



da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

9.4 – O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.

9.4.1 – O valor devido título de contraprestação pela execução dos serviços será obtido mediante a dedução do valor total da proposta do montante do valor devido a título de contribuição previdenciária, o qual deverá ser recolhido à entidade competente, na forma da legislação.

9.4.2 – Os **custos indiretos**, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

9.5 – **Nenhuma reivindicação para pagamento adicional** será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços.

9.6 – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Pregoeiro.

9.7 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A **SECRETARIA DE SAÚDE, em nenhuma hipótese**, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

9.8 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.9 – A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal.

9.9.1 – A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte **não conduzirá** ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

9.9.2 – A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

10. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 – A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.



10.1.1 – Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

10.1.2 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

10.2 – O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

10.3 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que contiverem vícios insanáveis;
- c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- h) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Termo de Referência.

10.3.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

10.4 – Após a análise das propostas de preço será divulgada nova grade ordenatória pelo sistema contendo a relação com as propostas classificadas e aquelas desclassificadas mediante decisão motivada do Pregoeiro.

10.5 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de lances.

10.6 – A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

10.7 – Para a etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o modo de disputa **ABERTO**.

10.8 – Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

10.9 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação pertinentes.

10.9.1 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de R\$ 0,01 (valor em moeda nacional) de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.



10.9.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.9.3 – Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

10.9.4 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 20 deste edital.

10.10 – A etapa de envio de lances na sessão pública durará **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos dois últimos minutos do período de duração da sessão pública.

10.10.1 – A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.10.2 – Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.10.3 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

11. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

11.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) **PARA CADA ITEM**.

11.1.1 – Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa competitiva do pregão eletrônico, tenha apresentado proposta(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada item na estimativa orçamentária.

11.2 – Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição.

11.2.1 – Apenas após a classificação das propostas, as licitantes que se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, poderão manifestar esta condição, sendo proibido, sob pena de exclusão deste procedimento, identificarem-se como tal antes do momento determinado neste subitem.

11.2.2 – Serão consideradas em situação de empate as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela considerada mais bem classificada.

11.2.3 – Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:



a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela até então considerada a melhor oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada apresente proposta de preço inferior, esta será considerada a melhor oferta;

c) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresente proposta de preço inferior, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, para o exercício de igual direito;

d) No caso de equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, será convocada primeiro para apresentar melhor oferta aquela que tenha tido o seu último lance recebido e registrado em primeiro lugar.

11.2.4 – Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ter sua proposta considerada a mais bem classificada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada do certame.

11.2.5 – Somente haverá aplicação do disposto nos itens acima quando a proposta originalmente mais bem classificada do certame não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.3 – Caso esteja configurado empate em primeiro lugar, após a observância do direito de preferência disposto no item 11.2 ou inexistindo proposta de microempresas ou empresas de pequeno porte em situação de empate, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance fechado.

11.3.1 – Na hipótese de o disposto no item 11.3 não ser suficiente para solucionar o empate, serão observados, quanto às propostas em situação de empate, os demais critérios e preferências previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3.2 – Permanecendo o empate e esgotada todas etapas as previstas em na Lei 14.133/21 entre as empresas, o pregoeiro procederá sorteio, com hora e data marcada, com ampla divulgação através do chat do ComprasGov e publicação no site oficial do Município de Angra dos Reis, ao qual todos os licitantes serão convocados para participar por videoconferência. Os licitantes que tiverem disponibilidade poderão participar presencialmente somente como espectadores não podendo se manifestar durante o sorteio. Conforme §2º do art. 28 IN 73/2022/SEGES (Redação dada pela IN 79/2024/SEGES/MGI).

11.4 – Após o encerramento das etapas anteriores, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

11.4.1 – A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.4.2 – Haverá um prazo mínimo de 2 horas (duas horas em horário útil, excluindo o horário de almoço), contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta, e se necessário, dos documentos complementares, conforme o item 9.2.2, adequada ao último lance ofertado após a negociação.



11.5 – O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de **MENOR VALOR**, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação da proposta ou do lance de **MENOR VALOR**.

11.6 – Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado.

11.7 – A **SECRETARIA DE SAÚDE**, poderá requisitar, a qualquer momento, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, demonstração(ões) do(s) serviço(s) objeto da presente licitação, na forma do Termo de Referência.

11.7.1 – Durante a licitação, em caso de divergência entre as referidas demonstrações e as especificações deste Edital e/ou do Termo de Referência, as propostas serão desclassificadas.

11.7.2 – Na hipótese de não realização ou de rejeição da demonstração apresentada pelo primeiro colocado, serão convocados os licitantes subsequentes na ordem de classificação provisória.

11.8 – Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de **MENOR VALOR**, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.

b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de **MENOR VALOR**, por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 12 deste edital;

c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 12 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

d) A(s) licitante(s) deverá(ão) remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado, nos termos do item 9.1. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos serão enviados em formato digital, via Sistema COMPRAS.GOV, observado o item 11.4.2.

e) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item 9.2.3. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



f) Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

11.9 – Se a oferta não for aceitável, permanecendo acima do máximo estipulado para a contratação no item 4.2, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

11.10. – Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, essa deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, nos termos do item 11.4.2.

11.10.1 – Na hipótese do art. 61, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Pregoeiro, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá sobre a aceitabilidade das propostas e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação, o procedimento previsto no item 11.4.2.

11.11 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

11.13 – Quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação.

12. HABILITAÇÃO

12.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação econômico-financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- (D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- (E) Documentação relativa à qualificação técnica.

12.1.1 – Além da documentação de habilitação, as licitantes deverão apresentar declaração dos itens/lotos para os quais oferecerá proposta.

12.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.



12.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

12.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (D) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município, à exceção dos seguintes documentos, que deverão ser apresentados independentemente de terem sido cadastrados no SICAF: previstos no Termo de Referência.

12.4.1 – A documentação das empresas que não estão disponíveis no SICAF, serão solicitados pelo pregoeiro ou agente de contratação, a título de complementação, conforme previsto no §5º do art. 39 da IN 73/2022/SEGES.

12.5 – O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

12.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 12.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

(A) HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso, designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.



(A.7) As sociedades cooperativas deverão fornecer os seguintes documentos, de forma atualizada e consolidada:

(A.7.a) Ato constitutivo;

(A.7.b) Estatuto acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

(A.7.c) Regimento interno acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

(A.7.d) Regimentos dos fundos instituídos pelos cooperados acompanhados das atas das Assembleias que os aprovaram;

(A.7.e) Atas das Assembleias Gerais em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros da cooperativa;

(A.7.f) Registro de presença dos cooperados nas 03 (três) últimas Assembleias Gerais;

(A.7.g) Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

(B) HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

(B.1) Para comprovar sua capacidade econômico-financeira, o licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

(B.1.1) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa. No caso de pessoa física ou sociedade simples, será exigida a certidão negativa de insolvência civil. As certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

(B.1.2) Balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício (DRE) referente aos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, registrado no órgão competente, SPED CONTABIL e para as empresas optantes pelo simples DEFIS, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.

(B.1.3) Atestado de boa saúde financeira da empresa, por meio dos seguintes índices financeiros, que devem ser iguais ou superiores a 1 (um). Os índices deverão ser confirmados e assinados por contador devidamente registrado no CRC, acompanhado da certidão de habilitação profissional no Conselho Regional de Contabilidade.

- Índice de Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

- Índice de Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

- Índice de Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

(B.2) Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

(B.3) A exigência de comprovação econômico-financeira fundamenta-se na necessidade de assegurar que o licitante possui equilíbrio financeiro e capacidade de sustentação para a execução do contrato, considerando-se a complexidade e o alto valor dos serviços a serem prestados.

(C) HABILITAÇÃO FISCAL



(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.b.1) As empresas localizadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar junto à Certidão Negativa de Débitos – CND, a Certidão da Dívida Ativa emitida pelo órgão próprio da Procuradoria-Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE nº 33/2004;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1) No caso de licitante domiciliada no Município de Angra dos Reis, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto Predial e Territorial Urbano. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município de Angra dos Reis, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS.

(C.6) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.6.a) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o



proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.6.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.6.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

(D) DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Inscrição regular no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme aplicável.

(D.2) Apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

(D.3) Comprovação de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por meio de Certidão de Regularidade específica.

(D.4) Declaração formal de cumprimento das obrigações trabalhistas, conforme determinação do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, garantindo que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, salvo na condição de aprendiz, acompanhada de Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes.

(D.5) Declaração de que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o poder público, em qualquer de suas esferas, cujos efeitos ainda vigorem e sejam aplicáveis.

(D.6) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

(D.7) Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório e que responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei.

(D.8) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa da Justiça do Trabalho, demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos, conforme exigência da Lei nº 12.440/2011.

(D.9) Declaração de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

(D.10) Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, o licitante deverá apresentar:

I – Certidão conjunta de regularidade relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, inclusive contribuições sociais, expedida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;



II – Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, abrangendo tributos estaduais e dívida ativa;

III – Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, abrangendo tributos mobiliários relacionados à atividade exercida, inclusive ISS, quando aplicável;

IV – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da legislação vigente.

(D.11) Caso o licitante seja legalmente isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de documento emitido pela autoridade fiscal competente ou declaração formal fundamentada, nos termos da legislação aplicável.

(D.12) O alvará de funcionamento ou documento equivalente que comprove a regularidade do estabelecimento perante o órgão municipal competente poderá ser exigido como condição para a assinatura do contrato, quando compatível com o objeto da contratação.

(D.13) Às microempresas e empresas de pequeno porte será assegurado o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto à possibilidade de regularização fiscal no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, contado da declaração de vencedor.

(D.14) A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e da convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

(D.15) Declaração de Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, Anexo VII.

(E) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) Para assegurar a capacidade da empresa contratada em fornecer os serviços exigidos, serão requeridos documentos e comprovações que atestem sua qualificação técnica e operacional. Os requisitos foram estabelecidos com o objetivo de garantir que os serviços sejam prestados por profissionais e entidades devidamente habilitados, com experiência comprovada na área da saúde.

(E.2) A empresa deverá apresentar atestado de capacidade técnica para desempenho de atividade compatível com o objeto desta contratação, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove experiência prévia na execução de serviços de disponibilização de mão de obra ou de serviços continuados por postos de trabalho, com características e dimensões semelhantes às dos serviços a serem contratados.

(E.3) O atestado deverá ser emitido em papel timbrado da pessoa jurídica contratante dos serviços, contendo o CNPJ, a razão social e o endereço da empresa.



(E.4) O atestado de capacidade técnica deverá comprovar que o licitante executou, de forma satisfatória, serviços compatíveis com o objeto desta contratação, em características, complexidade operacional e natureza, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, consecutivos ou não.

(E.5) A comprovação referida no subitem anterior deverá demonstrar a execução de quantitativo correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total estimado de motoristas ou horas previstas para esta contratação, admitida a soma de atestados.

(E.6) Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar declaração formal de que disporá, no momento da assinatura do contrato e durante toda a execução contratual, de profissionais condutores devidamente habilitados e qualificados para a prestação dos serviços objeto desta contratação. A comprovação documental individual dos profissionais indicados será exigida como condição para a assinatura do contrato e para o início da execução, devendo ser apresentada à fiscalização contratual, contendo, no mínimo:

- Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, nas categorias compatíveis com os veículos a serem conduzidos, sem restrições impeditivas ao exercício da atividade;
- Comprovante de cursos específicos exigidos pela legislação de trânsito aplicável, quando cabíveis (direção defensiva, transporte de passageiros, transporte de urgência/emergência, entre outros);
- Certificado de conclusão de cursos de capacitação em direção defensiva e primeiros socorros, quando exigidos pelas normas aplicáveis ao serviço;
- Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante exames admissionais previstos na legislação trabalhista e normas de saúde ocupacional;
- Comprovação de experiência profissional na atividade de condução de veículos compatíveis com o objeto;
- Certidão ou declaração de inexistência de antecedentes criminais, quando exigida pela legislação municipal ou normativa específica aplicável;
- Comprovação de inexistência de penalidade administrativa grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses, mediante extrato da situação da CNH.

(E.7) A eventual substituição de profissionais durante a execução contratual deverá observar os mesmos requisitos de qualificação acima estabelecidos.

(E.8) Declaração expressa de que possui pessoal técnico necessário à realização do objeto, bem como de que possui aptidão para iniciar os serviços tão logo seja assinado o contrato.

(E.9) A empresa vencedora deverá se responsabilizar integralmente por qualquer falha operacional decorrente de desconhecimento das condições físicas e logísticas do serviço.

13. RECURSOS

13.1 – Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em campo próprio do sistema, no prazo concedido na sessão pública.



13.2 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

13.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

13.5 – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

13.6 – Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

13.7 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

13.9 – Os recursos relativos às sanções administrativas estão previstos na minuta de contrato Anexo X.

14. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

14.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

14.2 – Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

14.2.1 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

14.3 – A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

14.3.1 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a



comunicação do fato aos participantes, nos sítios eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://www.angra.rj.gov.br/licitacoes-procedimentos.asp>.

15. GARANTIA

15.1 – A ADJUDICATÁRIA prestará garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, até o momento da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente, em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.1.1 – Será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos neste item.

15.1.2 – No caso de seguro-garantia, a prestação da garantia pelo contratado será efetuada em 1 (no mínimo um mês) contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

15.1.3 – Em relação ao seguro-garantia, o instrumento deverá contemplar a possibilidade de sua renovação no período compreendido entre a data de assinatura do Contrato e a data de encerramento da sua execução e incluir a cobertura dos valores relativos a multas eventualmente aplicadas.

15.1.4 – No caso de fiança bancária, deverá ser observado o padrão estabelecido pelo Decreto Rio nº 26.244/2006.

15.2 – A **SECRETARIA DE SAÚDE** utilizará a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a essa, inclusive, para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações.

15.3 – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

15.4 – Em caso de extinção decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

15.5 – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela **SECRETÁRIO DE SAÚDE**, o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

15.6 – Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá complementar o valor da garantia para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

15.7 – Sempre que houver reajuste ou alteração do valor do Contrato, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso.



15.8 – Os reforços do valor da garantia poderão ser igualmente prestados em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.9 – A garantia contratual somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da CONTRATADA.

16. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

16.1 – Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a **SECRETARIA DE SAÚDE** adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

16.2 – Integra o presente Edital, sob a forma de **Anexo X**, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a **SECRETARIA DE SAÚDE** e a ADJUDICATÁRIA.

16.3 – Uma vez homologado o resultado da licitação pela **SECRETARIA DE SAÚDE**, será a licitante vencedora convocada, com antecedência mínima de dois dias úteis, pela **SECRETARIA DE SAÚDE**, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

16.3.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela **SECRETARIA DE SAÚDE**.

16.3.2 – Nas contratações de grande vulto, o licitante vencedor deverá comprovar a implantação de programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, na forma do § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.4 – Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o Contrato ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o Pregoeiro, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

16.5 – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

16.6 – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela **SECRETARIA DE SAÚDE**. A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital, sem ônus para a **SECRETARIA DE SAÚDE** e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



16.7 – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

16.8 – No momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar, quando couber, relação nominal de seus empregados, com a devida documentação comprobatória, demonstrando cumprir o disposto nas políticas de inclusão estabelecidas na legislação em vigor.

16.9 – Sendo a ADJUDICATÁRIA microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Regime Simplificado de Tributação – SIMPLES deverá apresentar cópia da comunicação encaminhada à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, informando acerca da assinatura do contrato de prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

16.10 – Sendo a ADJUDICATÁRIA cooperativa de trabalho organizada para a prestação de serviços, deverá apresentar também a relação dos cooperados que executarão o objeto contratual, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa e a ata da sessão específica realizada pelos cooperados partícipes para a indicação: dos responsáveis pela sua coordenação, para um mandato nunca superior a 1 (um) ano ou ao prazo estipulado para a execução do objeto contratual; dos requisitos para a consecução do referido objeto; dos valores contratados e da retribuição pecuniária de cada cooperado partícipe.

16.11 – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos serviços prestados.

16.12 – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à **SECRETARIA DE SAÚDE**.

16.13. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.13.1 - **Fica expressamente vedada a possibilidade de subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto derivado deste certame.**

17. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

17.1 – Da Medição dos Serviços

17.2 A medição dos serviços será realizada mensalmente, considerando o número de motoristas alocados e nas horas de trabalho efetivamente prestadas, conforme previsto em contrato e atestadas pelo fiscal do contrato.

17.3 A aferição da execução contratual será realizada com base em:

- I – controle de frequência dos profissionais;
- II – relatório mensal de execução dos serviços;
- III – verificação do cumprimento das escalas previamente aprovadas.



17.4 A ausência de profissional sem a devida substituição implicará glosa proporcional ao período não coberto, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

17.5 A medição será atestada pelo fiscal do contrato, após verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

17.6 Da Documentação para Liquidação

17.7 Para fins de liquidação da despesa, a CONTRATADA deverá apresentar:

I – Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFSe), conforme regulamentação municipal;

II – Relatório mensal detalhado dos serviços executados;

III – Folha de ponto dos profissionais alocados;

IV – comprovantes de pagamento de salários;

V – Comprovantes de recolhimento de FGTS e INSS;

VI – Comprovação de manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

17.8 A liquidação somente será realizada após o atesto do fiscal do contrato quanto à regular execução dos serviços e à verificação da documentação exigida.

17.9 Constatada inconsistência na documentação ou irregularidade fiscal ou trabalhista, o prazo para pagamento ficará suspenso até a devida regularização, sem ônus para a Administração. 7.10 Do Pagamento

17.11 O pagamento será efetuado mensalmente, em até 30 (trinta) dias contados da liquidação da despesa, desde que cumpridas todas as exigências contratuais, observada a ordem cronológica de pagamentos.

17.12 O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da CONTRATADA.

17.13 O valor a ser pago corresponderá ao quantitativo de motoristas efetivamente disponibilizados e regularmente executados no período, observados os valores unitários contratados.

17.14 O pagamento será devido exclusivamente em relação aos profissionais efetivamente disponibilizados e em exercício, não gerando direito à indenização pela não utilização integral do quantitativo estimado.

17.15 Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável. 7.16 Das Retenções e Glosas

17.17 A Administração poderá reter valores devidos à CONTRATADA quando constatado:

I – descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;

II – ausência de substituição de profissional;

III – irregularidade fiscal impeditiva de pagamento;

IV – aplicação de penalidade administrativa.



17.18 A retenção de valores não afasta a aplicação das demais sanções previstas no contrato.

17.19 Das Diárias e Deslocamentos Extraordinários

17.20 Nos casos de deslocamentos que impliquem pernoite ou que excedam 400 (quatrocentos) quilômetros de distância total (ida e volta) poderá ser devido o pagamento de diária, desde que previamente autorizado pela Administração.

17.21 O valor das diárias deverá estar previamente previsto na planilha de custos da proposta e será pago mediante comprovação do deslocamento realizado.

17.22 A solicitação de pagamento de diárias deverá ser apresentada juntamente com a fatura mensal, acompanhada de relatório de viagem devidamente atestado.

18. REAJUSTE

18.1 – Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de **12 (doze)** meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

18.2 – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

18.2.1 – Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

18.2.2 – A repactuação terá data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

18.3 – Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

18.4 – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



19.1 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no art. 156, da Lei 14133/21, que poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra.

19.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

a – a natureza e a gravidade da infração cometida;

b – as peculiaridades do caso concreto;

c – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.3 Constituem hipóteses de rescisão aquelas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, bem como o descumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência e no contrato.

19.4 A rescisão do CONTRATO poderá ser efetivada:

I - Por ato unilateral da CONTRATANTE, na hipótese de descumprimento, por parte da CONTRATADA, ainda que parcial, das cláusulas que inviabilizem a execução de seus objetivos e metas previstas no presente CONTRATO, decorrentes de má gestão, culpa e/ou dolo;

II - Por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público.

19.5 A rescisão contratual será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

19.6 A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

19.7 Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Município poderá:

a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;

b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e;

c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

19.8 Configurar-se-á infração contratual a inexecução dos serviços, total ou parcial, execução imperfeita, mora ou inadimplemento na execução, inobservância do Decreto Municipal Nº 11.742/2019, na Lei Municipal Nº 4.224/2013, especialmente, se a CONTRATADA:

a) Utilizar de forma irregular os recursos públicos que lhe forem destinados;



- b) O não pagamento dos profissionais CLT e contratados para exercer atividade-fim na unidade, isto é, profissionais de saúde que atuam na assistência, 48 HORAS após o repasse da SMS;
- c) Incurrir em irregularidade fiscal ou trabalhista;
- d) Deixar de promover a manutenção dos bens públicos permitidos ou promover desvio de sua finalidade;
- e) Violar os princípios que regem o Sistema Único de Saúde.
- f) Desrespeitar as obrigações a respeito das subcontractações.

19.9 Das Penalidades

19.9.1 A ocorrência de infração contratual sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;
- c) Multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento); Multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- d) Declaração de entidade inidônea para contratar com o Poder Público;

20. FORO

20.1 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Angra dos Reis para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

21.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na **SECRETARIA DE SAÚDE**.

21.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

21.4 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

21.5 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Termo de Referência
---------	---------------------



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2025-15008662

Anexo II	Modelo de proposta
Anexo III	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa
Anexo IV	Declaração de Inexistência de Nepotismo
Anexo V	Declaração de Cumprimento das Normas de Saúde e Segurança do Trabalho
Anexo VI	Declaração para fins de habilitação econômico-financeira, do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo VII	Declaração de cumprimento de reserva de cargos do art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo VIII	Indicação da localização das instalações
Anexo IX	Modelo ordem de Serviço
Anexo X	Minuta de Contrato
Anexo XI	Planilhas de Custos

Angra dos Reis, 25 de maio de 2026.

Pregoeiro (a)



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Angra dos Reis
Secretaria de Saúde
Superintendência de Gestão Administrativa

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa prestadora de serviços para disponibilização de profissionais condutores (motoristas) destinados à condução e operação da frota oficial da Secretaria Municipal de Saúde (SSA), composta por veículos leves e vans, visando atender às demandas administrativas, assistenciais e de vigilância em saúde.

1.2 A contratação justifica-se pela iminente expiração do vínculo atual dos profissionais em atividade, previsto para 28/03/2026, bem como pela defasagem do quantitativo de motoristas atualmente disponíveis, insuficiente para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de saúde, a fim de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais de saúde e evitar prejuízos à segurança e à vida de usuários e servidores.

1.3 Para a adequada execução do objeto, estima-se a necessidade de disponibilização de 45 (quarenta e cinco) profissionais condutores (motoristas), distribuídos conforme necessidade operacional da Secretaria Municipal de Saúde, conforme as seguintes modalidades de trabalho:

- a) 05 (cinco) motoristas na modalidade diarista;
- b) 40 (quarenta) motoristas na modalidade plantonista.

1.4 O serviço contemplado neste Termo de Referência é classificado como comum e enquadra-se nas definições estabelecidas no artigo 6º, VIII, da Lei 14.133/2021, pois possui padrão de desempenho e qualidade que pode ser objetivamente definido por meio de especificações usuais no mercado.

1.5 Quanto à natureza o objeto, pode-se defini-lo como de natureza continuada e essencial, por consistir na disponibilização de condutores devidamente habilitados para assegurar o transporte de pacientes, servidores, insumos, medicamentos e o deslocamento de pacientes à outros Municípios, através do serviço TFD, garantindo o regular funcionamento das atividades administrativas e assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde, assim como de suas unidades vinculadas.

1.6 A presente contratação enquadra-se no modelo de execução com dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que há necessidade que os condutores fiquem a disposição da Administração nas dependências da sede administrativa da SSA.

1.7 O serviço será executado por profissionais devidamente habilitados, sob a supervisão da Coordenação de Transporte da Secretaria Municipal de Saúde, observando-se rigorosamente o disposto na Lei Federal

nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - e as Resoluções CONTRAN nº 789, de 18/06/2020 e as pertinentes com as devidas alterações posteriores.

2 – DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação busca auxiliar na organização e fortalecimento da rede municipal de saúde, garantindo a disponibilidade de profissionais qualificados para a prestação de serviços essenciais de transporte. A iniciativa busca promover a continuidade e aprimoramento do atendimento à população, ampliando a capacidade assistencial das unidades de saúde e garantindo respostas adequadas às demandas do município.

2.2 A medida tem como objetivo estruturar a força de trabalho de motoristas da rede municipal de saúde, assegurando maior estabilidade, planejamento e eficiência na prestação dos serviços. A presente contratação será conduzida em conformidade com as normativas vigentes, observando critérios de economicidade, legalidade e adequação técnica para garantir um atendimento de qualidade à população.

2.3 A contratação em tela fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, no qual foram analisadas as alternativas disponíveis para atendimento da demanda institucional, concluindo-se pela viabilidade técnica e econômica da terceirização do serviço.

2.4 A solução adotada mostra-se adequada diante da necessidade de continuidade dos serviços de transporte institucional, da insuficiência de quadro próprio e da natureza operacional da atividade, cuja interrupção poderá comprometer o atendimento das ações administrativas e assistenciais da Secretaria.

2.5 Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988, em especial o seu artigo 196: “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, do qual emerge o Sistema Único de Saúde (SUS)”;

2.6 A Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

2.7 A contratação deverá procedimento licitatório, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se a modalidade adequada ao valor estimado e às características do objeto, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, julgamento objetivo e competitividade. O certame terá por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços de transporte institucional no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, vedada qualquer forma de direcionamento ou restrição indevida à competitividade.

2.8 A Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que institui o Sistema Único de Saúde, que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Desse modo o ente público deve garantir, mediante políticas sociais e econômicas para a redução do risco de doenças e de outros agravos, o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação da saúde.

2.9 O Decreto nº 7.508, de 28 de julho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080/90, define que: "o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde se inicia pelas portas de entrada do SUS e se

completa na rede regionalizada e hierarquizada".

2.10 Através da PORTARIA Nº 122, de 25 de janeiro de 2011., aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da mesma no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

2.11 Instrução Normativa SG/MPDG nº 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

2.12 A Instrução Normativa SG/ME nº 81/2022 de 25 de novembro de 2022, dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.

2.13 A contratação tem por objetivo, respeitada a isonomia, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e promover o desenvolvimento municipal, garantindo a boa qualidade nos serviços e de empresas comprometidas com o desenvolvimento, não contrariando, assim, o princípio da supremacia do interesse público.

2.14 É de se destacar que as ações e serviços desempenhados no âmbito da saúde pública percebem assistências de cunho coletivo e visam, em especial, a promoção de políticas voltadas, dentre outras, à prevenção da saúde e da vida humana. Primado, este, garantindo e assegurado constitucionalmente.

2.15 A Constituição Federal, portanto, ao disciplinar o direito à saúde, oferece expressamente a possibilidade de modernização da Administração Pública por meio da participação consensual e negociada da iniciativa privada tanto na gestão de determinadas unidades de saúde quanto na prestação de atividades específicas de assistência à saúde. Essa parceria fica evidente na leitura dos Arts. 197 e 199, § 1º, da Constituição Federal:

“Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado. (...)”

“Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. § 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde,

segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.”

2.16 A complementaridade do setor privado na área da saúde pública, inclusive, é reconhecida pelo Ministério da Saúde, que, em seu manual sobre doutrinas e princípios, elaborado pela Secretaria Nacional de Assistência à Saúde, reconhece ter a Constituição Federal definido que, quando houver insuficiência do setor público e for necessária a contratação de serviços privados.

2.17 Torna-se fundamental o estabelecimento de normas e procedimentos a serem cumpridos pelos conveniados e contratados. A ação complementar não implica que o privado se torne público ou que o público se torne privado. Cuida-se de um processo político e administrativo em que o Estado agrega novos parceiros com os particulares, ou seja, com a sociedade civil, buscando ampliar, completar, ou intensificar as ações na área da saúde. Não significa, sob o espectro constitucional, que somente o poder público deva executar diretamente os serviços de saúde – por meio de uma rede própria dos entes federativos.

2.18 Conforme o Art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, o Termo de Referência é o documento que define o objeto para a contratação de bens e serviços, devendo conter os elementos necessários para caracterizar a solução desejada. No presente caso, o Termo de Referência detalha a necessidade de contratação de motoristas para a Secretaria Municipal de Saúde, especificando as atribuições, qualificações, prazos e condições para a prestação dos serviços de transporte, essenciais para a continuidade das atividades de saúde pública.

3 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A presente contratação tem por finalidade suprir, de forma planejada e contínua, a necessidade de profissionais condutores (motoristas) destinados à condução e operação da frota oficial da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), assegurando a integralidade dos serviços públicos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

3.2 A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços, por tempo determinado, em caráter complementar, visando atender à população local que depende exclusivamente da rede pública de saúde.

3.3 Essa medida busca mitigar os impactos decorrentes da ausência de profissionais efetivos e/ou da insuficiência da força de trabalho atual, que compromete diretamente a assistência básica.

3.4 Trata-se de medida de gestão e planejamento da força de trabalho de transporte em saúde, fundamentada na necessidade de assegurar o atendimento contínuo à população, em consonância com o princípio da continuidade do serviço público e com os preceitos constitucionais do direito à saúde, previstos no art. 196 da Constituição Federal.

3.5 A solução adotada visa prevenir a ocorrência de descontinuidade ou sobrecarga na rede de atenção à saúde, considerando o aumento e a variabilidade da demanda assistencial. O dimensionamento dos profissionais foi realizado de forma a garantir a continuidade dos serviços essenciais, observando a

compatibilidade entre a oferta de profissionais e a capacidade de absorção da demanda pelas unidades de saúde municipais.

3.6 A contratação observará integralmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo adotado o rito licitatório previsto em edital específico, com ampla divulgação e competição entre os interessados.

3.7 A contratação do serviço enquadra-se no modelo de execução com dedicação exclusiva de mão de obra, pelo regime de empreitada pelo menor preço global, uma vez que a disponibilização dos condutores será efetuada de forma exclusiva, ocorrendo a fiscalização da distribuição, do controle e da supervisão dos recursos humanos alocados no contrato pela administração, notadamente, quanto à definição das rotinas e distribuição dos profissionais.

3.8 Os serviços serão executados exclusivamente no âmbito das atividades objeto deste Termo de Referência, não podendo o profissional ser deslocado pela empresa contratada, em hipótese alguma, para exercer função diversa daquela prevista neste Termo de Referência.

3.9 Os veículos que serão utilizados pelos condutores são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, bem como o fornecimento de combustível.

3.10 Prazo de execução dos serviços será de 12 meses contado a partir do recebimento da Ordem de Serviços.

3.11 O início dos serviços será após recebimento da Ordem de Serviços.

4 – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Prestar os serviços pertinentes à área de atuação profissional, conforme escala, local e horários definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, em atendimento exclusivo às suas necessidades operacionais, não caracterizando subordinação jurídica direta dos profissionais à Administração. A gestão administrativa, disciplinar e hierárquica dos empregados será exercida exclusivamente pela CONTRATADA, por meio de seus prepostos, inexistindo vínculo empregatício de qualquer natureza entre a CONTRATANTE e os profissionais disponibilizados.

4.2 A Contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança para seus empregados envolvidos na prestação dos serviços.

4.3 Garantia da prevalência dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório em todo o processo licitatório.

4.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais que atendam aos requisitos mínimos indispensáveis à adequada execução do objeto, observada a legislação de trânsito, trabalhista e normas de segurança aplicáveis.

4.5 Constituem requisitos mínimos:

a) Carteira Nacional de Habilitação válida, na categoria compatível com o veículo a ser conduzido, contendo a observação de Exercício de Atividade Remunerada (EAR), quando exigido pela legislação de trânsito;

b) Comprovação de capacitação compatível com a atividade desempenhada, quando exigida por norma legal ou regulamentar, especialmente em direção defensiva, transporte de urgência/emergência ou transporte coletivo, conforme o tipo de serviço a ser executado;

c) Comprovação de experiência profissional compatível com a função, mediante atestado ou declaração formal;

d) Aptidão física e mental comprovada por exames admissionais, nos termos da legislação trabalhista e normas de saúde ocupacional;

e) Regularidade da CNH, sem suspensão ou impedimento vigente, comprovada por meio de extrato atualizado;

f) Atestado de antecedentes criminais e comprovação de idoneidade, conforme legislação municipal.

4.6 A exigência dos requisitos acima possui caráter técnico-operacional e visa garantir a segurança dos usuários, dos servidores e do patrimônio público, não configurando restrição indevida à competitividade, por decorrerem de obrigações previstas na legislação vigente e inerentes à natureza do serviço contratado.

4.6.1 A gestão administrativa, disciplinar e documental dos profissionais é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, competindo à CONTRATANTE apenas a verificação do atendimento aos requisitos contratuais.

4.7 Da Estimativa da quantidade e especificações.

4.8 A seguir, apresenta-se a tabela contendo a distribuição estimada dos quantitativos de profissionais por especialidade, definida com base nas necessidades assistenciais previamente diagnosticadas:

ITEM	CATSER	CARGO	REGIME	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	PERÍODO
1	15008	Motorista	Diarista	05	01 ano
2	15008	Motorista	Plantonista	40	01 ano

4.9 A definição dos quantitativos de profissionais condutores considerou critérios técnicos e operacionais, fundamentados no levantamento da demanda de transporte administrativo e assistencial da Secretaria Municipal de Saúde, no número de veículos integrantes da frota oficial, na média mensal de

deslocamentos realizados, nas rotas intermunicipais vinculadas ao Tratamento Fora do Domicílio (TFD), bem como na necessidade de cobertura contínua das unidades de saúde e serviços vinculados.

4.10 O quantitativo total estimado de 45 (quarenta e cinco) motoristas constitui limite máximo contratual, não implicando obrigação da Administração de requisitar sua totalidade de forma imediata.

4.11 A disponibilização dos profissionais ocorrerá de forma gradativa, conforme as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde e mediante solicitação formal da Administração.

4.12 A contratada deverá manter condições de mobilização compatíveis com a demanda, observados os prazos definidos no contrato para apresentação dos profissionais quando requisitados.

4.13 A carga horária estabelecida para cada motorista foi dimensionada de modo a assegurar a adequada cobertura das demandas ordinárias e extraordinárias de transporte, observando-se a natureza contínua e essencial do serviço, a necessidade de funcionamento ininterrupto de determinadas atividades, bem como o cumprimento da legislação trabalhista aplicável e da convenção coletiva da categoria profissional.

4.14 A Administração poderá adotar escalas diferenciadas de trabalho para os motoristas disponibilizados, inclusive em regime de turnos ou plantões, sempre que a natureza do serviço assim exigir, visando garantir a continuidade e eficiência da prestação dos serviços.

4.15 A organização das escalas será definida pela Administração, cabendo à contratada promover os ajustes operacionais necessários, sem que isso implique alteração automática do valor contratual, salvo hipótese de repactuação devidamente comprovada.

4.16 Das Obrigações da CONTRATANTE

4.16.1 Disponibilizar instruções e escalas, bem como pontos de apoio e rotinas operacionais;

4.16.2 Assegurar a fiscalização e o atesto dos serviços mediante servidor designado (fiscal do contrato);

4.16.3 Efetuar o pagamento nas condições contratuais, observada a medição e o atesto dos serviços prestados.

4.16.4 Garantir que a Contratada cumpra rigorosamente os protocolos assistenciais, administrativos e operacionais, zelando pela qualidade e segurança na prestação dos serviços à população.

4.16.5 Estabelecer um plano de contingência para eventuais interrupções nos serviços, garantindo a continuidade da assistência à população e minimizando impactos operacionais.

4.16.6 Disponibilizar espaços adequados para a execução dos serviços, incluindo unidades de saúde, consultórios e salas de atendimento, garantindo segurança, acessibilidade e condições ideais de funcionamento.

4.16.7 Criar mecanismos de controle interno para avaliação contínua da eficiência da execução contratual, verificando se os serviços prestados estão atendendo às necessidades da população e aos parâmetros técnicos exigidos.

4.16.8 Aplicar penalidades e sanções administrativas sempre que identificadas inconformidades, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais e o respeito aos padrões técnicos exigidos.

4.16.9 Processar pagamentos de forma tempestiva, garantindo que as notas fiscais e faturas sejam analisadas dentro dos prazos estabelecidos, respeitando as regras de execução orçamentária.

4.16.10 Disponibilizar normas internas, regulamentos e diretrizes assistenciais para assegurar que a Contratada tenha pleno conhecimento das regras e protocolos vigentes.

4.16.11 Estabelecer canal direto de comunicação entre a Secretaria Municipal de Saúde e a gestão da Contratada, agilizando a solução de eventuais problemas e promovendo alinhamento operacional.

4.16.12 Manter registros detalhados sobre todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, incluindo falhas, descumprimentos e ações corretivas adotadas, assegurando a devida comunicação às autoridades competentes.

4.16.13 Monitorar as condições de armazenamento dos insumos e medicamentos, garantindo conformidade com normas sanitárias e regulamentações da Vigilância Sanitária.

4.16.14 Designar equipe responsável pela fiscalização da execução contratual, garantindo monitoramento contínuo dos serviços prestados, avaliando aspectos técnicos, operacionais e administrativos.

4.16.15 Supervisionar a distribuição e o uso dos insumos, prevenindo desperdícios e garantindo a utilização racional dos recursos públicos.

4.16.16 Receber, conferir e validar os relatórios de produção apresentados, assegurando que os serviços executados estejam compatíveis com as metas e registros estabelecidos.

4.16.17 Assegurar que os valores pagos correspondam exclusivamente aos serviços efetivamente prestados, prevenindo distorções e garantindo a correta aplicação dos recursos públicos.

4.17 Das Obrigações da CONTRATADA

4.17.1 A CONTRATADA deverá, no momento da assinatura do contrato e sempre que solicitado pela fiscalização, comprovar que dispõe de profissionais condutores devidamente habilitados e qualificados para a prestação dos serviços objeto desta contratação, apresentando, para cada motorista, no mínimo:

- a) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, em categoria compatível com o veículo a ser conduzido, sem restrições impeditivas ao exercício da atividade;
- b) Comprovante de cursos específicos exigidos pela legislação de trânsito aplicável, quando cabíveis (por exemplo, direção defensiva, transporte de passageiros, transporte de urgência/emergência);

- c) Certificado de conclusão de cursos de capacitação em direção defensiva e primeiros socorros, quando exigidos pelas normas aplicáveis ao serviço;
- d) Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante exames admissionais previstos na legislação trabalhista e normas de saúde ocupacional;
- e) Comprovação de experiência profissional na atividade de condução de veículos compatíveis com o objeto;
- f) Certidão ou declaração de inexistência de antecedentes criminais, quando exigida pela legislação municipal ou normativa específica aplicável;
- g) Comprovação de inexistência de penalidade administrativa grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses, mediante extrato da situação da CNH.

4.17.2 Garantir o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, assumindo todas as responsabilidades salariais, encargos e tributos;

4.17.3 Adotar as medidas de segurança e treinamento necessários, incluindo instrução quanto a rotinas da SMS, protocolos de biossegurança, atendimento ao usuário e conduta ética;

4.17.4 Manter comunicação ativa com a Coordenação de Transporte e apresentar relatórios mensais de atividades, quilometragem, ocorrências e indicadores de desempenho;

4.17.5 Comunicar imediatamente qualquer ocorrência, avaria ou acidente envolvendo seus profissionais;

4.17.6 Responsabilizar-se por seguros exigidos (acidentes pessoais ou de responsabilidade civil), quando aplicável;

4.17.7 Substituir, em prazo determinado no contrato, motoristas afastados por doença, acidente ou outras causas justificadas, sem prejuízo à continuidade dos serviços.

4.17.8 Manter, durante toda a execução do contrato, um índice de segurança técnica mínima de 15% (quinze por cento) sobre o contingente contratado, nos termos abaixo:

- a) Definição do índice: entende-se por índice de segurança técnica a relação percentual entre o número de profissionais substitutos prontos para imediato acionamento e o número total de motoristas exigidos para cumprir as escalas aprovadas pela SMS; o índice mínimo exigido é de 15% (ou seja, para cada 45 (quarenta e cinco) profissionais contratados, a contratada deverá manter o equivalente a, pelo menos, 4 profissionais substitutos ou outra combinação que garanta a disponibilidade imediata correspondente a 15%);
- b) Condições de composição: os profissionais integrantes do índice deverão possuir a mesma qualificação exigida para os titulares (CNH categoria B, C ou D válida, exames admissionais e

demaís requisitos), estar registrados e disponíveis, e ter documentação atualizada para a atuação desses profissionais também deverão estar disponíveis;

c) Aferição: a aferição do índice será realizada mensalmente pela Coordenação de Transporte, mediante confrontação entre a escala aprovada e a relação nominal de profissionais aptos e prontos para substituição apresentada pela contratada; eventuais afastamentos programados deverão ser informados e compensados pela contratada de modo a não reduzir o índice abaixo do mínimo exigido;

d) Consequências do não cumprimento: o não atendimento ao índice de segurança técnica mínima implicará aplicação das sanções previstas no contrato (advertência, multa proporcional, exigência de reposição em prazo determinado, e, em casos reincidentes ou que comprometam a continuidade do serviço, possibilidade de rescisão contratual), sem prejuízo de outras medidas administrativas e responsabilizações legais cabíveis.

4.17.9 Garantir a prestação dos serviços contratados com qualidade, observando os protocolos assistenciais, administrativos e operacionais estabelecidos pela Administração Pública.

4.17.10 Disponibilizar equipe técnica qualificada, assegurando que todos os profissionais possuam as habilitações exigidas e estejam devidamente registrados no conselho de classe, quando aplicável.

4.17.11 Assegurar que os profissionais designados para a execução dos serviços cumpram a carga horária estabelecida, garantindo a continuidade e eficiência no atendimento à população.

4.17.12 Manter registros detalhados das atividades realizadas, incluindo frequência dos profissionais, atendimentos prestados e qualquer intercorrência relevante, disponibilizando tais informações à fiscalização contratual sempre que solicitado.

4.17.13 Responder tempestivamente a todas as solicitações da Administração Pública, prestando os esclarecimentos necessários sobre a execução dos serviços.

4.17.14 Zelar pelo correto uso dos equipamentos, materiais e insumos fornecidos pela Administração, evitando desperdícios e danos, e comunicar imediatamente qualquer necessidade de manutenção.

4.17.15 Garantir a execução dos serviços em conformidade com as normas sanitárias e regulatórias vigentes, incluindo as diretrizes da Vigilância Sanitária e órgãos de fiscalização.

4.17.16 Implementar treinamentos periódicos para sua equipe, garantindo atualização técnica e alinhamento com as diretrizes assistenciais estabelecidas pelo órgão contratante.

4.17.17 Manter atualizados os cadastros e documentos exigidos pela Administração Pública, garantindo que a regularidade fiscal, trabalhista e técnica da empresa esteja em conformidade durante toda a vigência do contrato.

4.17.18 Notificar a Administração sobre qualquer irregularidade, intercorrência ou impossibilidade de cumprimento de qualquer cláusula contratual, propondo soluções e medidas corretivas.

- 4.17.19 Cumprir integralmente as determinações dos fiscais do contrato, respondendo aos apontamentos e corrigindo eventuais inadequações dentro dos prazos estabelecidos.
- 4.17.20 Manter a organização e limpeza dos ambientes onde os serviços forem prestados, assegurando condições adequadas de trabalho para os profissionais e um ambiente seguro para os usuários.
- 4.17.21 Garantir a reposição imediata de profissionais em caso de afastamento por qualquer motivo, de modo a evitar descontinuidade na prestação dos serviços.
- 4.17.22 Utilizar uniformes e identificação adequada para todos os profissionais vinculados ao contrato, garantindo segurança e padronização no atendimento à população.
- 4.17.23 Cumprir rigorosamente os horários de expediente e plantão estabelecidos no contrato, assegurando a presença dos profissionais em suas funções.
- 4.17.24 Implementar mecanismos internos de fiscalização para garantir que todos os requisitos contratuais sejam atendidos, minimizando riscos de descumprimento.
- 4.17.25 Participar de reuniões periódicas com a Administração Pública para avaliar o andamento do contrato, propor melhorias e corrigir eventuais falhas na execução dos serviços.
- 4.17.26 Garantir que qualquer veículo, equipamento ou material utilizado na prestação dos serviços esteja em conformidade com as exigências técnicas e operacionais estabelecidas pelo contratante.
- 4.17.27 Observar e respeitar todas as normas trabalhistas e previdenciárias aplicáveis aos profissionais vinculados à execução dos serviços.
- 4.17.28 Assumir integral responsabilidade pelos atos de seus empregados, prepostos e colaboradores durante a execução dos serviços, eximindo a Administração de quaisquer encargos decorrentes de ações ou omissões da Contratada.
- 4.17.29 Manter um canal de comunicação permanente com a Administração para o envio de relatórios, esclarecimentos e notificações sobre a execução do contrato.
- 4.17.30 Disponibilizar prontamente toda a documentação necessária para auditorias e fiscalizações conduzidas por órgãos de controle interno e externo.
- 4.17.31 Prestar apoio técnico sempre que solicitado pela Administração, fornecendo informações especializadas que possam contribuir para a melhoria da execução dos serviços.
- 4.17.32 Cumprir todas as diretrizes de sigilo e proteção de dados aplicáveis aos serviços prestados, especialmente aquelas relacionadas a informações de pacientes e usuários atendidos.

4.17.33 Responder administrativa e tecnicamente por qualquer descumprimento das obrigações contratuais, estando sujeito às penalidades previstas no contrato.

4.17.34 Evitar práticas que possam configurar conflito de interesse ou comprometimento da transparência e da imparcialidade na execução dos serviços.

4.17.35 Implementar medidas para assegurar a humanização do atendimento, garantindo que os serviços prestados sejam conduzidos com respeito, ética e qualidade.

4.17.36 Observar e cumprir integralmente todas as demais obrigações previstas no contrato e na legislação vigente, assegurando a plena execução dos serviços contratados.

4.17.37 Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término.

4.17.38 A CONTRATADA é integralmente responsável por todas as providências e obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária e de segurança e saúde no trabalho relacionadas a acidentes de trabalho envolvendo seus empregados, quando tais eventos ocorrerem durante a execução dos serviços ou em razão dela, ainda que nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde.

4.17.39 Compete à CONTRATADA proceder à emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), adotar todas as medidas legais cabíveis e responder exclusiva e integralmente por quaisquer ônus, indenizações ou encargos decorrentes do evento.

4.17.40 Os motivos de força maior que impeçam a CONTRATADA de cumprir com as metas pactuadas deverão ser comunicados ao Município na primeira oportunidade e por escrito, sob pena de não serem aceitos.

4.17.41 Responsabilidade por Multas de Trânsito: A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pelo pagamento de todas as multas de trânsito, de qualquer natureza, aplicadas aos veículos da frota da SMS enquanto estiverem sob a condução de seus motoristas, bem como por quaisquer penalidades decorrentes de infrações cometidas pelos mesmos. A CONTRATADA deverá providenciar a identificação do condutor infrator junto aos órgãos de trânsito, quando aplicável, e arcar com os custos e pontos na CNH de seus profissionais. Caso a CONTRATANTE seja notificada ou autuada, a CONTRATADA deverá reembolsar o valor da multa e quaisquer encargos adicionais após a notificação.

4.17.42 Regressão de Custos: A CONTRATANTE poderá, a seu critério, efetuar a retenção de valores de pagamentos devidos à CONTRATADA para cobrir os custos de multas, caso a CONTRATADA não providencie o pagamento ou ressarcimento nos prazos estipulados.

4.17.43 A CONTRATADA será integralmente responsável pela qualidade dos serviços prestados, sendo passível de sanções administrativas e rescisão contratual caso:

- a) Deixar de cumprir os requisitos técnicos estabelecidos;

- b) Não apresente os documentos exigidos dentro dos prazos estipulados;
- c) O responsável técnico indicado não cumpra suas obrigações supervisionando a execução do contrato;
- d) Seja constatado qualquer tipo de falsificação ou inexatidão nas informações prestadas;
- e) A execução dos serviços seja comprometida pela falta de infraestrutura, pessoal ou capacidade operacional.

4.18 Práticas de Sustentabilidade

4.18.1 A execução do objeto deverá observar os princípios da gestão sustentável e da responsabilidade socioambiental, visando minimizar os impactos ambientais decorrentes das atividades de condução e operação da frota da Secretaria Municipal de Saúde.

4.18.2 A CONTRATADA deverá orientar e fiscalizar seus profissionais quanto à adoção de práticas ambientalmente responsáveis durante a condução dos veículos fornecidos pelo Município, incluindo direção econômica, redução do consumo de combustível, prevenção de emissões excessivas e adoção de condutas que evitem danos ambientais.

5 – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O instrumento de contratação será por meio de contrato administrativo, contendo cláusulas específicas que garantam a transparência, a responsabilidade e a possibilidade de aplicação de penalidades em caso de descumprimento.

5.2 Se o fornecedor convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais que tiverem aceitado fornecer os bens com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

5.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo Contratante.

5.4 Execução da Jornada

5.4.1 A prestação dos serviços contemplará modalidades de jornada diversificadas para atender às necessidades operacionais da SMS, sem prejuízo do cumprimento da legislação trabalhista aplicável. Modalidades exemplificativas:

a) Diarista: 05 profissionais cumprindo jornada diária padrão de até 8 (oito) horas, respeitando o limite de 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração e encargos proporcionais;

b) Plantonista: 40 profissionais cumprindo regime por plantões/turnos (ex.: 24x72 ou outro regime pactuado), desde que expressamente previsto em instrumento contratual e observado o disposto na CLT, convenção coletiva aplicável e princípios de saúde e segurança do trabalho.

5.4.2 A CONTRATADA deverá observar integralmente a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a legislação complementar e os instrumentos coletivos aplicáveis à categoria profissional, responsabilizando-se pelo cumprimento de todos os direitos trabalhistas de seus empregados, sendo vedada qualquer prática que comprometa a integridade física ou psíquica dos trabalhadores.

5.4.3 O controle, registro e guarda da jornada de trabalho serão realizados exclusivamente pela CONTRATADA, mediante sistema idôneo (folha de ponto, controle eletrônico ou equivalente), permanecendo sob sua responsabilidade a veracidade das informações.

5.4.4 A apresentação mensal dos registros de jornada à CONTRATANTE ocorrerá exclusivamente para fins de fiscalização contratual, não implicando ingerência, co-gestão ou assunção de responsabilidade trabalhista por parte da Administração.

5.4.5 Controle e fiscalização das escalas Plano de escalas mensal deverá ser apresentado pela Contratada e aprovado pela Coordenação de Transporte; A Contratada entregará folhas de ponto e relatórios até o 5º dia útil do mês subsequente; Penalidades aplicáveis em caso de descumprimento de escalas que comprometam o serviço.

5.4.6 As atividades deverão ser executadas em todo o território municipal e fora do município, com atendimento às seguintes áreas de apoio da SMS: Tratamento Fora do Domicílio; Consultório na Rua; Vigilância Sanitária; Vigilância Ambiental; CAPS; Imunização; Conselho Municipal de Saúde; Hemonúcleo; Programa Melhor em Casa; Administrativo; Centro de Reabilitação; CEREST; Hospital Municipal da Japuiba; Serviço de Atestado de Óbito em Casa; Patrimônio; Informática.

5.5 Prazo Contratual

5.5.1 O prazo para a contratação será de 01 (um) ano, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de natureza contínua.

5.5.2 O prazo de início dos serviços será a partir do recebimento da Ordem de Serviços.

5.6 Da Validade da proposta

5.6.1 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega no setor de compras.

5.7 Da garantia Contratual

5.7.1 Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, a contratada deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do instrumento contratual.

5.7.2 A garantia poderá ser apresentada em qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária.

5.7.3 A garantia terá validade durante toda a vigência contratual e somente será liberada ou restituída após a comprovação da integral e satisfatória execução do objeto, bem como do cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive trabalhistas e previdenciárias, quando aplicáveis.

5.7.4 Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 05 (cinco por cento) do valor do Contrato.

5.7.5 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

5.7.6 A garantia poderá ser dispensada, e o dispositivo suprimido, a critério e com justificativa específica da Autoridade Competente.

5.7.7 A garantia prestada para este contrato não poderá ser vinculada a outras contratações enquanto não formalmente liberada pela Administração.

5.8 É expressamente vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto principal desta licitação (disponibilização de motoristas), devendo a execução ser realizada exclusivamente por profissionais com vínculo empregatício direto com a CONTRATADA, sob pena de configuração de intermediação irregular de mão de obra.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 Os meios de comunicação entre a Contratante e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que exigida a formalidade, admitindo-se, para tal finalidade, o uso de meios eletrônicos oficiais, e-mail, SEI contato telefônico, sendo que para as formalidades contratuais apenas documentais e presenciais.

6.2 O contrato poderá ocorrer alterações em função da necessidade de atendimento ao objeto, de acordo com previsto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.3 Da Fiscalização

6.3.1 A fiscalização será exercida pela Coordenação de Transporte ou servidor por ela designado, que realizará o acompanhamento técnico-operacional, análise de relatórios e atesto das medições, nos termos do art. 117, da Lei 14.133/21.

6.3.2 A comunicação oficial entre CONTRATANTE e CONTRATADA será realizados por escrito, admitidos meios eletrônicos oficiais e SEI.

6.3.3 A Contratada deverá permitir auditorias e inspeções solicitadas pela SMS, controle interno e órgãos de controle.

6.3.4 A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades.

6.3.5 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.3.6 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias se saneadoras, se foro caso.

6.3.7 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.4 Do recebimento

6.4.1 O objeto do contrato será recebido em consonância com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, inciso I, na seguinte forma:

Em se tratando de SERVIÇOS:

- a) Provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) Definitivamente, no prazo de 30 (trinta) dias por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- c) O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

6.4.2 Os Termos de Recebimentos serão emitidos pelo setor responsável pelo recebimento e conferência dos serviços entregues.

6.4.3 Decorrido o prazo previsto para emissão do Termo de Recebimento Provisório, sem manifestação formal da fiscalização, presumir-se-á, para fins exclusivos de processamento da medição mensal, o recebimento provisório do objeto, sem prejuízo da posterior verificação da conformidade da execução contratual, da possibilidade de glosa, aplicação de penalidades ou determinação de saneamento de eventuais irregularidades constatadas.

7 - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Da Medição dos Serviços

7.2 A medição dos serviços será realizada mensalmente, considerando o número de motoristas alocados e nas horas de trabalho efetivamente prestadas, conforme previsto em contrato e atestadas pelo fiscal do contrato.

7.3 A aferição da execução contratual será realizada com base em:

- I – controle de frequência dos profissionais;
- II – relatório mensal de execução dos serviços;
- III – verificação do cumprimento das escalas previamente aprovadas.

7.4 A ausência de profissional sem a devida substituição implicará glosa proporcional ao período não coberto, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.5 A medição será atestada pelo fiscal do contrato, após verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

7.6 Da Documentação para Liquidação

7.7 Para fins de liquidação da despesa, a CONTRATADA deverá apresentar:

- I – Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFSe), conforme regulamentação municipal;
- II – relatório mensal detalhado dos serviços executados;
- III – folha de ponto dos profissionais alocados;
- IV – comprovantes de pagamento de salários;

V – comprovantes de recolhimento de FGTS e INSS;

VI – comprovação de manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.8 A liquidação somente será realizada após o atesto do fiscal do contrato quanto à regular execução dos serviços e à verificação da documentação exigida.

7.9 Constatada inconsistência na documentação ou irregularidade fiscal ou trabalhista, o prazo para pagamento ficará suspenso até a devida regularização, sem ônus para a Administração.

7.10 Do Pagamento

7.11 O pagamento será efetuado mensalmente, em até 30 (trinta) dias contados da liquidação da despesa, desde que cumpridas todas as exigências contratuais, observada a ordem cronológica de pagamentos.

7.12 O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da CONTRATADA.

7.13 O valor a ser pago corresponderá ao quantitativo de motoristas efetivamente disponibilizados e regularmente executados no período, observados os valores unitários contratados, considerando os valores unitários por regime de execução (diarista e plantonista), conforme proposta vencedora e contrato firmado.

7.14 O pagamento será devido exclusivamente em relação aos profissionais efetivamente disponibilizados e em exercício, não gerando direito à indenização pela não utilização integral do quantitativo estimado.

7.15 Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

7.16 Das Retenções e Glosas

7.17 A Administração poderá reter valores devidos à CONTRATADA quando constatado:

I – descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;

II – ausência de substituição de profissional;

III – irregularidade fiscal impeditiva de pagamento;

IV – aplicação de penalidade administrativa.

7.18 A retenção de valores não afasta a aplicação das demais sanções previstas no contrato.

7.19 Das Diárias e Deslocamentos Extraordinários

7.20 Nos casos de deslocamentos que impliquem pernoite ou que excedam 400 (quatrocentos) quilômetros de distância total (ida e volta) poderá ser devido o pagamento de diária, desde que previamente autorizado pela Administração.

7.21 O valor das diárias deverá estar previamente previsto na planilha de custos da proposta e será pago mediante comprovação do deslocamento realizado.

7.22 A solicitação de pagamento de diárias deverá ser apresentada juntamente com a fatura mensal, acompanhada de relatório de viagem devidamente atestado.

8 – DA FORMA E DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DOS FORNECEDORES

8.1 O objeto deste termo de referência enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e características comuns usualmente encontradas no mercado, não havendo predominância de natureza intelectual.

8.2 A contratação da empresa especializada em serviços para disponibilização de profissionais condutores (motoristas) destinados à condução e operação da frota oficial da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) será realizada por meio de procedimento Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação municipal aplicável.

8.3 O procedimento licitatório será realizado na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, conduzido em sistema oficial adotado pelo Município, assegurando ampla publicidade, transparência, competitividade, rastreabilidade dos atos e observância aos princípios da legalidade, isonomia, julgamento objetivo, seleção da proposta mais vantajosa e da economicidade dos gastos públicos, nos termos da Lei nº 14133/21 e da regulamentação municipal pertinente. O certame observará, dentre outras previstas no instrumento convocatório, as seguintes etapas:

- realização prévia de pesquisa de mercado, para fins de estimativa do valor da contratação, mediante coleta de preços em fontes idôneas e parâmetros oficiais, na forma da legislação vigente;
- publicação do edital e disponibilização integral dos documentos no sistema eletrônico oficial;
- recebimento das propostas e lances em ambiente eletrônico, assegurada a ampla competitividade;
- análise da conformidade das propostas quanto às especificações técnicas do objeto e à compatibilidade dos preços com o valor estimado;
- julgamento pelo critério de menor preço global;
- verificação das condições de habilitação da licitante melhor classificada, nos termos do edital;

- adjudicação do objeto e homologação pela autoridade competente;
- formalização da contratação mediante instrumento contratual, precedido de ato devidamente motivado.

8.4 A empresa vencedora deverá comprovar sua habilitação jurídica, fiscal e técnica, conforme exigências do Termo de Referência e da legislação aplicável.

8.5 Este procedimento assegura a conformidade com a legislação vigente, otimizando o uso dos recursos públicos e promovendo a eficiência, legalidade e moralidade na contratação, sem caráter emergencial, fundamentando-se no planejamento regular das necessidades assistenciais do Município.

8.6 Para fins de contratação, o fornecedor deverá satisfazer os requisitos relativos, aos critérios de HABILITAÇÃO e MENOR PREÇO GLOBAL dentre as propostas financeiras do preço de mercado, maximizando a eficiência no uso dos recursos públicos.

8.7 Da Habilitação

8.7.1 Qualificação Técnica

8.7.1.1 Para assegurar a capacidade da empresa contratada em fornecer os serviços exigidos, serão requeridos documentos e comprovações que atestem sua qualificação técnica e operacional. Os requisitos foram estabelecidos com o objetivo de garantir que os serviços sejam prestados por profissionais e entidades devidamente habilitados, com experiência comprovada na área da saúde.

8.7.1.2 A empresa deverá apresentar atestado de capacidade técnica para desempenho de atividade compatível com o objeto desta contratação, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove experiência prévia na execução de serviços de disponibilização de mão de obra ou de serviços continuados por postos de trabalho, com características e dimensões semelhantes às dos serviços a serem contratados.

8.7.1.3 O atestado deverá ser emitido em papel timbrado da pessoa jurídica contratante dos serviços, contendo o CNPJ, a razão social e o endereço da empresa.

8.7.1.4 O atestado de capacidade técnica deverá comprovar que o licitante executou, de forma satisfatória, serviços compatíveis com o objeto desta contratação, em características, complexidade operacional e natureza, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, consecutivos ou não.

8.7.1.5 A comprovação referida no subitem anterior deverá demonstrar a execução de quantitativo correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total estimado de motoristas ou horas previstas para esta contratação, admitida a soma de atestados.

8.7.1.6 Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar declaração formal de que disporá, no momento da assinatura do contrato e durante toda a execução contratual, de profissionais condutores devidamente habilitados e qualificados para a prestação dos serviços objeto desta contratação. A

comprovação documental individual dos profissionais indicados será exigida como condição para a assinatura do contrato e para o início da execução, devendo ser apresentada à fiscalização contratual, contendo, no mínimo:

- Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, nas categorias compatíveis com os veículos a serem conduzidos, sem restrições impeditivas ao exercício da atividade;
- Comprovante de cursos específicos exigidos pela legislação de trânsito aplicável, quando cabíveis (direção defensiva, transporte de passageiros, transporte de urgência/emergência, entre outros);
- Certificado de conclusão de cursos de capacitação em direção defensiva e primeiros socorros, quando exigidos pelas normas aplicáveis ao serviço;
- Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante exames admissionais previstos na legislação trabalhista e normas de saúde ocupacional;
- Comprovação de experiência profissional na atividade de condução de veículos compatíveis com o objeto;
- Certidão ou declaração de inexistência de antecedentes criminais, quando exigida pela legislação municipal ou normativa específica aplicável;
- Comprovação de inexistência de penalidade administrativa grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses, mediante extrato da situação da CNH.

8.7.1.7 A eventual substituição de profissionais durante a execução contratual deverá observar os mesmos requisitos de qualificação acima estabelecidos.

8.7.1.8 Declaração expressa de que possui pessoal técnico necessário à realização do objeto, bem como de que possui aptidão para iniciar os serviços tão logo seja assinado o contrato.

8.7.1.9 A empresa vencedora deverá se responsabilizar integralmente por qualquer falha operacional decorrente de desconhecimento das condições físicas e logísticas do serviço.

8.8 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.8.1 Inscrição regular no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme aplicável.

8.8.2 Apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

8.8.3 Comprovação de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por meio de Certidão de Regularidade específica.

8.8.4 Declaração formal de cumprimento das obrigações trabalhistas, conforme determinação do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, garantindo que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, salvo na condição de aprendiz, acompanhada de Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizes.

8.8.5 Declaração de que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o poder público, em qualquer de suas esferas, cujos efeitos ainda vigorem e sejam aplicáveis.

8.8.6 Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

8.8.7 Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório e que responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei.

8.8.8 Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa da Justiça do Trabalho, demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos, conforme exigência da Lei nº 12.440/2011.

8.8.9 Declaração de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

8.8.10 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, o licitante deverá apresentar:

I – Certidão conjunta de regularidade relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, inclusive contribuições sociais, expedida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

II – Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, abrangendo tributos estaduais e dívida ativa;

III – Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, abrangendo tributos mobiliários relacionados à atividade exercida, inclusive ISS, quando aplicável;

IV – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da legislação vigente.

8.8.11 Caso o licitante seja legalmente isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de documento emitido pela autoridade fiscal competente ou declaração formal fundamentada, nos termos da legislação aplicável.

8.8.12 O alvará de funcionamento ou documento equivalente que comprove a regularidade do estabelecimento perante o órgão municipal competente poderá ser exigido como condição para a assinatura do contrato, quando compatível com o objeto da contratação.

8.8.13 Às microempresas e empresas de pequeno porte será assegurado o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto à possibilidade de regularização fiscal no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, contado da declaração de vencedor.

8.8.14 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e da convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

8.9 Habilitação Econômico-Financeira

8.9.1 Para comprovar sua capacidade econômico-financeira, o licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

· Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa. No caso de pessoa física ou sociedade simples, será exigida a certidão negativa de insolvência civil. As certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

- Balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício (DRE) referente aos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, registrado no órgão competente, SPED CONTABIL e para as empresas optantes pelo simples DEFIS, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- Atestado de boa saúde financeira da empresa, por meio dos seguintes índices financeiros, que devem ser iguais ou superiores a 1 (um). Os índices deverão ser confirmados e assinados por contador devidamente registrado no CRC, acompanhado da certidão de habilitação profissional no Conselho Regional de Contabilidade.
 - Índice de Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
 - Índice de Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
 - Índice de Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

8.9.2 Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

8.9.3 A exigência de comprovação econômico-financeira fundamenta-se na necessidade de assegurar que o licitante possui equilíbrio financeiro e capacidade de sustentação para a execução do contrato, considerando-se a complexidade e o alto valor dos serviços a serem prestados.

8.10 Habilitação Jurídica

8.10.1 Para comprovar a habilitação jurídica, o licitante deverá apresentar os seguintes documentos, conforme sua natureza jurídica:

8.10.1.1 Para pessoa física, será exigido documento oficial de identificação com validade nacional, como Cédula de Identidade (RG) ou equivalente.

8.10.1.2 Para empresário individual, será necessária a apresentação do comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, emitido pela Junta Comercial da respectiva sede.

8.10.1.3 No caso de Microempreendedor Individual (MEI), o licitante deverá fornecer o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja autenticidade será verificada no portal oficial do Governo Federal.

8.10.1.4 Para Sociedade Limitada Unipessoal (SLU), será obrigatória a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social vigente, devidamente registrado na Junta Comercial da sede, além do documento comprobatório do administrador, conforme disposto no artigo 41 da Lei nº 14.195/2021.

8.10.1.5 No caso de Sociedade Empresária Estrangeira, deverá ser apresentada a Portaria de autorização para funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial do estado onde se localiza a filial, agência, sucursal ou estabelecimento. Para Sociedade Simples, será exigida a inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da sede, acompanhada da prova de designação dos administradores.

8.10.1.6 Quando se tratar de Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária, será necessária a apresentação da inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis, bem como a averbação no registro onde se localiza a matriz.

8.10.2 O contrato social deverá estar acompanhado de todas suas eventuais alterações.

8.10.3 O descumprimento de qualquer das exigências desta seção resultará na inabilitação do licitante no certame.

9 – DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado desta contratação é de R\$ XXX (XXX).

9.2 Como método para estimar os valores para a referida contratação, a Administração realizará pesquisa de preços obedecendo às disposições do art.23, § 1º, da Lei nº14.133/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional, composto a partir de planilha analítica contendo no mínimo:

I – salário-base da categoria profissional;

II – encargos sociais e trabalhistas;

III – provisões de férias e 13º salário;

IV – benefícios previstos em legislação ou norma coletiva;

V – tributos incidentes;

VI – custos indiretos e administrativos;

VII – margem de lucro estimada.

9.3 A seguir, apresenta-se a tabela com a estimativa financeira da contratação, contendo a projeção dos custos associados à prestação dos serviços de transporte, levando em consideração os quantitativos estimados e a carga horária definida para cada especialidade.

QUANTIDADE ESTIMADA								
Item	Cargo	Atividade	Escala	Quant. Profissionais	Quant. Meses	Valor Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Global
01	Motorista	Diarista	Seg a Sex 08 a 17h	05	12	R\$	R\$	R\$
02	Motorista	Plantonista	24 x 72h	40	12	R\$	R\$	R\$

PLANILHA DE REQUISITOS E QUANTITATIVO DE CARGOS				
Item	Cargo	Quant. Total (Demanda)	Remuneração Mensal + Benefícios	Requisitos Mínimos Para Provimento

01	Motorista	05	R\$ + Vale Alimentação/refeição + Gratificações	Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com o veículo a ser conduzido (categoria B, C ou D), em validade no momento da contratação; comprovação de aptidão física e mental; certidões e comprovantes exigidos por lei; experiência mínima comprovada em condução de veículos de transporte institucional ou coletivo será considerada desejável; cursos e treinamentos complementares (ex.: direção defensiva, transporte de pessoas) considerados diferenciais e poderão ser exigidos conforme necessidade operacional.
02	Motorista	40	R\$ + Vale Alimentação/refeição + Gratificações	Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com o veículo a ser conduzido (categoria B, C ou D), em validade no momento da contratação; comprovação de aptidão física e mental; certidões e comprovantes exigidos por lei; experiência mínima comprovada em condução de veículos de transporte institucional ou coletivo será considerada desejável; cursos e treinamentos complementares (ex.: direção defensiva, transporte de pessoas) considerados diferenciais e poderão ser exigidos conforme necessidade operacional.

9.4 A Administração opta pela publicidade do valor estimado da contratação, em observância à regra geral do art. 24 da Lei nº 14.133/2021. O detalhamento dos quantitativos, a composição dos custos unitários e o valor global estimado constam expressamente neste Termo de Referência, sendo de acesso público a todos os interessados desde a publicação do edital.

10 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A presente contratação será custeada por meio da seguinte dotação orçamentária:

- DOTAÇÃO: 27.2701.10.301.0204.2209.339034;
- Fonte do Recurso: 15001002

10.2 Todos os registros financeiros serão devidamente documentados e disponibilizados para auditoria e fiscalização, garantindo transparência e conformidade com as normas vigentes.

11.0 – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

11.1 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no art. 156, da Lei 14133/21, que poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra.

11.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b – as peculiaridades do caso concreto;
- c – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.3 Constituem hipóteses de rescisão aquelas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, bem como o descumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência e no contrato.

11.4 A rescisão do CONTRATO poderá ser efetivada:

I - Por ato unilateral da CONTRATANTE, na hipótese de descumprimento, por parte da CONTRATADA, ainda que parcial, das cláusulas que inviabilizem a execução de seus objetivos e metas previstas no presente CONTRATO, decorrentes de má gestão, culpa e/ou dolo;

II - Por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público.

11.5 A rescisão contratual será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

11.6 A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

11.7 Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Município poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

11.8 Configurar-se-á infração contratual a inexecução dos serviços, total ou parcial, execução imperfeita, mora ou inadimplemento na execução, inobservância do Decreto Municipal Nº 11.742/2019, na Lei Municipal Nº 4.224/2013, especialmente, se a CONTRATADA:

- a) Utilizar de forma irregular os recursos públicos que lhe forem destinados;
- b) O não pagamento dos profissionais contratados para exercer a atividade-fim (motoristas) nos prazos estabelecidos na legislação trabalhista e neste Termo de Referência;
- c) Incurrir em irregularidade fiscal ou trabalhista;
- d) Deixar de promover a manutenção dos bens públicos permitidos ou promover desvio de sua finalidade;
- e) Violar os princípios que regem o Sistema Único de Saúde.
- f) Realizar a subcontratação do objeto, prática expressamente vedada por este Termo de Referência.

12.0 Das Penalidades

12.0.1 A ocorrência de infração contratual sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;
- c) Multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento); Multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- d) Declaração de entidade inidônea para contratar com o Poder Público;

13 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 A execução parcial ou em desacordo com as especificações técnicas poderá ser considerada inexecução contratual, total ou parcial, conforme a gravidade da irregularidade constatada, sujeitando a contratada às medidas corretivas e às sanções cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

13.2 A participação no certame observará as vedações e impedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles constantes dos arts. 9º e 156.

13.3 O Estudo Técnico Preliminar que fundamenta a presente contratação foi elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e integra o processo administrativo, constituindo base técnica para a definição do objeto, dos quantitativos e da solução adotada.

13.4 O contrato deverá ser executado em estrita observância à legislação aplicável, às normas regulamentares pertinentes e às disposições deste Termo de Referência e da futura minuta contratual.

13.5 A execução contratual estará sujeita ao controle e fiscalização da Administração e dos órgãos de controle interno e externo, devendo a contratada fornecer, sempre que solicitada, documentos e esclarecimentos necessários à verificação da regularidade da execução.

13.6 As alterações contratuais somente poderão ocorrer nas hipóteses e limites previstos nos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, mediante formalização por termo aditivo devidamente justificado.

13.7 As comunicações entre as partes deverão ocorrer por meio formal e oficialmente registrado, não produzindo efeitos jurídicos orientações verbais que impliquem alteração das obrigações pactuadas.

13.8 O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e na minuta contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Angra dos Reis, na data da assinatura



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Oliveira Campos, Superintendente**, em 21/05/2026, às 11:45, conforme Capítulo III, Art. 7º do Decreto nº 13.367 de 03 de janeiro de 2024.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://angra.sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **01256565** e o código CRC **387D8E19**.

Referência: Processo nº SEI-2025-15008662

SEI nº 01256565

Rua Almirante Machado Portela, 85, - Bairro Balneário, Angra dos Reis/RJ, CEP 23906-190
Telefone:



ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

DECLARAMOS inteira submissão ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.030/2026 e seu respectivo Termo de Referência, correspondente a licitação a qual está vinculada. Que nos preços abaixo ofertados estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste pregão, abrangendo todos os custos com materiais e serviços necessários a entrega do(s) item(s) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes. Nos termos do ITEM 9 DO EDITAL - APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO

OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL () SIM () NÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.030/2026						
Data de abertura:						
Nome da empresa:						
CNPJ:						
Endereço:						
CEP:						
Telefone: (DDD)						
E-mail:						
Dados Bancários:						
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)						
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)						
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)						
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)						
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? () Sim () Não						
ITEM	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	QTD. PROFISSIONAIS	VALOR UNITÁRIO (R\$/HORA)	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL GLOBAL

Instruções de preenchimento: A licitante deverá informar os preços por item, total do item e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Angra dos Reis, ____ de _____ de ____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Angra dos Reis, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2025-15008662

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

DECLARO, sob as penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto ao(à) **SECRETARIA DE SAÚDE**, que, na execução do presente contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho pertinentes.

Angra dos Reis, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO VI
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

Angra dos Reis, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA LEI FEDERAL Nº
14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Angra dos Reis, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO VIII
MODELO DE INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Informamos que as instalações dedicadas ao desempenho das nossas atividades relacionadas ao cumprimento do contrato objeto desta licitação estão localizadas na _____ *[endereço das instalações]*, acompanhando a presente declaração cópia do respectivo Alvará de Funcionamento.

Angra dos Reis, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2025-15008662

ANEXO IX
ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO – OES – OFM Nº ____ / ____
REF. ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ____ / ____

Favorecido	
Objeto	Contratação de empresa prestadora de serviços para disponibilização de profissionais condutores (motoristas) destinados à condução e operação da frota oficial da Secretaria Municipal de Saúde (SSA), composta por veículos leves e vans, visando atender às demandas administrativas, assistenciais e de vigilância em saúde
Prazo de Execução	12 (doze) meses.
Processo	SEI-2025-15008662
Nota de Empenho	

Pela presente **Ordem de Serviço**, fica a empresa supracitada, **autorizada a iniciar a execução dos serviços** referente ao objeto mencionado.

Angra dos Reis, 00 de xxxxxxx de 2026.

Ordenador de Despesa



ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO



MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2026/SSA
PROCESSO Nº SEI-2025-15008662

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, POR MEIO DA SECRETARIA DE SAÚDE, COMO CONTRATANTE, E A _____, COMO CONTRATADA, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS CONDUTORES (MOTORISTAS) DESTINADOS À CONDUÇÃO E OPERAÇÃO DA FROTA OFICIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SSA), COMPOSTA POR VEÍCULOS LEVES E VANS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS, ASSISTENCIAIS E DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, NA FORMA ABAIXO.

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 2026, na Rua Almirante Machado Portela, 85 – Balneário, Angra dos Reis/RJ, o **MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS**, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Rua Almirante Machado Portela, 85, Balneário, Angra dos Reis/RJ e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANGRA DOS REIS**, CNPJ nº 39.157.029/0001-17, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo Secretário de Saúde, Sr. **MARCOS SANTOS ROCHA**, nomeado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito através da Portaria nº 083/2026, de 29 de janeiro de 2026, publicada no B.O nº 2290, de 29 de janeiro de 2026, portador da matrícula funcional nº 5754, e a sociedade empresária _____, estabelecida na _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do Pregão Eletrônico nº _____, realizado por meio do processo administrativo nº SEI-2025-15008662, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da **CONTRATADA** e pelas



disposições deste Contrato. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente termo é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS CONDUTORES (MOTORISTAS) DESTINADOS À CONDUÇÃO E OPERAÇÃO DA FROTA OFICIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SSA), COMPOSTA POR VEÍCULOS LEVES E VANS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS, ASSISTENCIAIS E DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência, na forma abaixo descrita:

ITEM	CARGO	ATIVIDADE	ESCALA	QUANT. PROFISSIONAIS	QUANT. MESES	VALOR UNITÁRIO (R\$/HORA)	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL GLOBAL
1	MOTORISTA	DIARISTA	SEG. A SEX. 08HS A 17HS	05	12	XXX	XXX	XXX
2	MOTORISTA	PLANTONISTA	24 X 72HS	40	12	XXX	XXX	XXX

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº SEI-2025-15008662, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo **CONTRATANTE**, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de até _____, correspondendo a uma despesa mensal de _____.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente, em até 30 (trinta) dias contados da liquidação da despesa, desde que cumpridas todas as exigências contratuais, observada a ordem cronológica de pagamentos.

Parágrafo Primeiro – O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da **CONTRATADA**.

Parágrafo Segundo – O valor a ser pago corresponderá ao quantitativo de motoristas efetivamente disponibilizados e regularmente executados no período, observados os valores unitários contratados.

Parágrafo Terceiro – O pagamento será devido exclusivamente em relação aos profissionais efetivamente disponibilizados e em exercício, não gerando direito à indenização pela não utilização integral do quantitativo estimado.

Parágrafo Quarto – Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

Parágrafo Quinto – E demais condições de pagamento constantes no Termo de Referência.



CLÁUSULA QUINTA – REPACTUAÇÃO

A repactuação terá data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

Parágrafo Único – A CONTRATADA não terá direito a repactuação do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo _____ do Edital de Pregão Eletrônico nº _____).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços caberá a comissão designada por ato do Secretário de Saúde. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.



Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA

A CONTRATADA deverá prestar garantia na modalidade de _____, no valor de R\$ _____ equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do instrumento contratual.

Parágrafo Primeiro – A Secretaria de Saúde se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção do contrato decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

a) Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 96, § 1º, I, 1ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pelo _____ [órgão ou entidade], o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.



b) Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro–Garantia (art. 96, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021)

Parágrafo Quarto – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de XX (XXX) dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro–garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato,

Parágrafo Nono – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

c) Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança–Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.



Parágrafo Sexto – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de XX (XXX) dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Sétimo – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

Parágrafo Oitavo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Nono – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

d) Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por _____ dias/meses, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

Parágrafo Primeiro – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.



CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I – prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;

III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

IV – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

V – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

VI – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de Angra dos Reis ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Angra dos Reis ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de Angra dos Reis ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.



VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo(a) _____

[setor do órgão ou entidade contratante responsável pela fiscalização da execução do contrato], assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

VIII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execução contratual;

IX – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

X – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas, aquiescer à adoção, entre outras medidas, a serem adotadas pela Administração no momento da contratação:

a) condicionamento o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

b) depósito de valores em conta vinculada;

c) em caso de inadimplemento, o pagamento das verbas trabalhistas aos seus titulares, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

d) estabelecimento de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

XI – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, apresentar quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;



d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, autorizar a Administração CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

XIII – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XIV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XV – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVI – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XVIII – comprovar a implantação de programa de integridade nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, de que trata o § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021;

XIX – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observando a alíquota aplicável.

XX – Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar declaração formal de que disporá, no momento da assinatura do contrato e durante toda a execução contratual, de profissionais condutores devidamente habilitados e qualificados para a prestação dos serviços objeto desta contratação. A comprovação documental individual dos profissionais indicados será exigida como



condição para a assinatura do contrato e para o início da execução, devendo ser apresentada à fiscalização contratual, contendo, no mínimo:

- a) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, nas categorias compatíveis com os veículos a serem conduzidos, sem restrições impeditivas ao exercício da atividade;
- b) Comprovante de cursos específicos exigidos pela legislação de trânsito aplicável, quando cabíveis (direção defensiva, transporte de passageiros, transporte de urgência/emergência, entre outros);
- c) Certificado de conclusão de cursos de capacitação em direção defensiva e primeiros socorros, quando exigidos pelas normas aplicáveis ao serviço;
- d) Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante exames admissionais previstos na legislação trabalhista e normas de saúde ocupacional;
- e) Comprovação de experiência profissional na atividade de condução de veículos compatíveis com o objeto;- Certidão ou declaração de inexistência de antecedentes criminais, quando exigida pela legislação municipal ou normativa específica aplicável;
- f) Comprovação de inexistência de penalidade administrativa grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses, mediante extrato da situação da CNH.

XXI – A eventual substituição de profissionais durante a execução contratual deverá observar os mesmos requisitos de qualificação acima estabelecidos.

XXII – Declaração expressa de que possui pessoal técnico necessário à realização do objeto, bem como de que possui aptidão para iniciar os serviços tão logo seja assinado o contrato.

XXIII – A empresa vencedora deverá se responsabilizar integralmente por qualquer falha operacional decorrente de desconhecimento das condições físicas e logísticas do serviço.

XXIV – A empresa contratada será integralmente responsável pela qualidade dos serviços prestados, sendo passível de sanções administrativas e rescisão contratual caso:

- a) Deixar de cumprir os requisitos técnicos estabelecidos;
- b) Não apresentar os documentos exigidos dentro dos prazos estipulados;
- c) O responsável técnico indicado não cumprir suas obrigações supervisionando a execução do contrato;
- d) Seja constatado qualquer tipo de falsificação ou inexatidão nas informações prestadas;



e) A execução dos serviços seja comprometida pela falta de infraestrutura, pessoal ou capacidade operacional.

XXV – E demais obrigações constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

III – E demais obrigações constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo Secretário de Saúde, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os serviços prestados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de recebimento, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no art. 156, da Lei 14133/21, que poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra.

I – Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

II – Configurar-se-á infração contratual a inexecução dos serviços, total ou parcial, execução imperfeita, mora ou inadimplemento na execução, inobservância do Decreto Municipal Nº 11.742/2019, na Lei Municipal Nº 4.224/2013, especialmente, se a CONTRATADA:

- a) Utilizar de forma irregular os recursos públicos que lhe forem destinados;
- b) O não pagamento dos profissionais CLT e contratados para exercer atividade-fim na unidade, isto é, profissionais de saúde que atuam na assistência, 48 HORAS após o repasse da SMS;
- c) Incurrir em irregularidade fiscal ou trabalhista;
- d) Deixar de promover a manutenção dos bens públicos permitidos ou promover desvio de sua finalidade;
- e) Violar os princípios que regem o Sistema Único de Saúde.
- f) Desrespeitar as obrigações a respeito das subcontratações,

III – A ocorrência de infração contratual sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;
- c) Multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se



sempre o limite de 20% (vinte por cento); Multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;

d) Declaração de entidade inidônea para contratar com o Poder Público;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

a) Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 15 (quinze) dias úteis) contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput da Cláusula anterior;

b) Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 3 (três) dias úteis) contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;

c) Pedido de Reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “e” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo atualizado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.



Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- a) a devolução da garantia;
- b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

Fica expressamente vedada a possibilidade de subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto derivado deste certame.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho, Código de Despesa _____, tendo sido empenhada a importância de R\$ _____, por meio da Nota de Empenho nº _____, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

a) As partes obrigam-se a cumprir integralmente a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) –, bem como as normas correlatas aplicáveis, no tratamento de dados pessoais decorrentes da execução contratual.

b) A **CONTRATADA** declara que utilizará os dados pessoais exclusivamente para as finalidades relacionadas ao cumprimento do objeto do contrato, vedada sua utilização ou compartilhamento em desconformidade com a legislação vigente.

c) A **CONTRATADA** compromete-se a adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais tratados, responsabilizando-se integralmente por seus empregados, prepostos, subcontratados ou suboperadores.

d) Concluído o tratamento de dados pessoais, deverá a **CONTRATADA** proceder à sua eliminação, ressalvadas as hipóteses de guarda previstas em lei.

e) O **CONTRATANTE** poderá, a qualquer tempo, solicitar informações, realizar auditorias ou adotar medidas de fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações aqui previstas.



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Angra dos Reis para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Boletim Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O **CONTRATANTE** providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, até o 5º (quinto) dia útil contado a partir da sua assinatura, na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no **CONTRATANTE**.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Angra dos Reis, ____ de _____ de 2026.

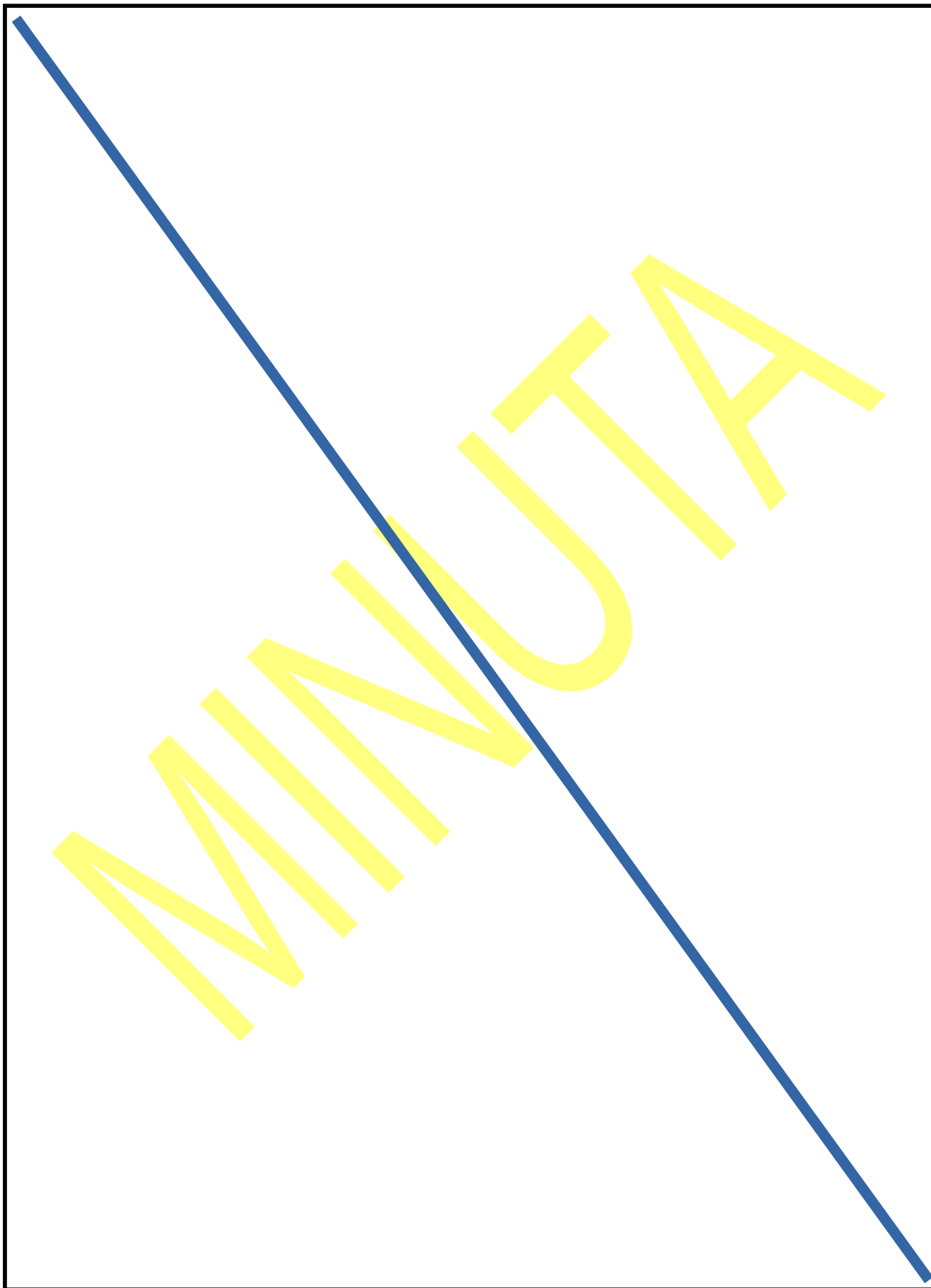
MARCOS SANTOS ROCHA
SECRETÁRIO DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE DE ANGRA DOS REIS
(CONTRATANTE)

REPRESENTANTE LEGAL
NOME DA EMPRESA CONTRATADA
(CONTRATADA)

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:





ANEXO XI

PLANILHAS DE CUSTOS

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS		
Motoristas – Plantonista		
I – MÃO DE OBRA (HORISTA)		
Salário Normativo XXXXXXXXXXXX		0,00
Insalubridade (40% sobre Salário Mínimo Federal)		0,00
Periculosidade (30% sobre Salário Nominal)		0,00
Adicional Noturno (Acréscimo de 20% entre 22:00 e 05:00 hs)		0,00
Valor total da Remuneração		R\$
II - TAXAS DE LEIS SOCIAIS E RISCOS DO TRABALHO (%)		
GRUPO "A"		
A1 – Previdência social	20,00%	0,00
A2 – FGTS	8,00%	0,00
A3 – Salário Educação	2,50%	0,00
A4 – SESI	1,50%	0,00
A5 – SENAI	1,00%	0,00
A6 – SEBRAI	0,60%	0,00
A7 – Seguro contra acidentes do trabalho (INSS)	3,00%	0,00
A8 – Sindicato	%	0,00
A - Total dos Encargos Sociais Básicos	36,60%	0,00
GRUPO "B"		
B1 - Repouso semanal Remunerado	%	0,00
B2 - Feriados	%	0,00
B3 - Férias sem Abono	%	0,00
B4 - Auxílio - Enfermidade (≤ 15 dias)	%	0,00
B5 - Faltas Legais B - Tempo não Trabalhado	%	0,00
B6 - Licença Paternidade	%	0,00
B7 - Auxílio Acidente (≤ 15 dias)	%	0,00
B8 - Aviso Prévio Trabalho	%	0,00
B - Tempo não Trabalhado	%	0,00
GRUPO "C"		
C1 – Abono Constitucional de Férias	2,93%	0,00
C2 - 13º Salário	9,28%	0,00
C - Abono e 13º Salário	12,21%	0,00
GRUPO "D"		
D1 - Indenizações Compensatórias por Demissão sem Justa Causa	5,00%	0,00
D2 - Contribuição Social (art.1º da lei complementar 110/01)	0,50%	0,00
D3 - Aviso Prévio Indenizado	1,00%	0,00
D4 - Reflexo do aviso prévio Indenizado sobre férias e 13º salário	0,20%	0,00
D5 - Indenização Adicional	5,10%	0,00
D - Indenizações	11,80%	0,00
GRUPO "E"		
E1 - Licença Maternidade	%	0,00
E2 - Auxílio Acidente do Trabalho >15 Dias	%	0,00
E3 - Incidência de FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	%	0,00
E4 - Incidência de FGTS sobre reflexo do Aviso Prévio Indenizado no 13º Salário	%	0,00
E5 - Abono Pecuniário	%	0,00
E - Aprovisionamento de Casos Especiais	%	0,00
GRUPO "F"		
F1 - Grupo A x (grupo B + Grupo C)	%	0,00
F - Incidências Cumulativas Percentagem Total Valor dos Encargos Sociais	%	0,00
Percentagem Total	%	
Valor dos Encargos Sociais		0,00
III - VALOR TOTAL DA MÃO-DE-OBRA (Remuneração + Reserva Técnica + Encargos Sociais)		0,00
IV - INSUMOS		
Vale Transporte [C x N - (S x 0,06)]		0,00
Alimentação [C x N x 0,95]		0,00
Uniforme		0,00
EPI (5% sobre o valor total da Remuneração)		0,00
Diárias de Viagem		0,00
Valor total dos insumos		0,00
V - DEMAIS COMPONENTES		
Taxa de BDI - Benefícios e Despesas Indiretas (aplicada sobre III + IV)	%	0,00
VI - PREÇO MENSAL UNITÁRIO DO HOMEM (III+IV+V)		0,00

Observações

C= Custo médio do vale-transporte ou de alimentação. N= Número de vezes incidentes do insumo.

S= Salário normativo da categoria.

Utilização de 22 (vinte e dois) dias úteis ao mês.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS		
Motoristas – Diarista		
I – MÃO DE OBRA (HORISTA)		
Salário Normativo XXXXXXXXXXXX		0,00
Insalubridade (40% sobre Salário Mínimo Federal)		0,00
Periculosidade (30% sobre Salário Nominal)		0,00
Adicional Noturno (Acréscimo de 20% entre 22:00 e 05:00 hs)		0,00
Valor total da Remuneração		R\$
II - TAXAS DE LEIS SOCIAIS E RISCOS DO TRABALHO (%)		
GRUPO "A"		
A1 – Previdência social	20,00%	0,00
A2 – FGTS	8,00%	0,00
A3 – Salário Educação	2,50%	0,00
A4 – SESI	1,50%	0,00
A5 – SENAI	1,00%	0,00
A6 – SEBRAI	0,60%	0,00
A7 – Seguro contra acidentes do trabalho (INSS)	3,00%	0,00
A8 – Sindicato	%	0,00
A - Total dos Encargos Sociais Básicos	36,60%	0,00
GRUPO "B"		
B1 - Repouso semanal Remunerado	%	0,00
B2 - Feriados	%	0,00
B3 - Férias sem Abono	%	0,00
B4 - Auxílio - Enfermidade (≤ 15 dias)	%	0,00
B5 - Faltas Legais B - Tempo não Trabalhado	%	0,00
B6 - Licença Paternidade	%	0,00
B7 - Auxílio Acidente (≤ 15 dias)	%	0,00
B8 - Aviso Prévio Trabalho	%	0,00
B - Tempo não Trabalhado	%	0,00
GRUPO "C"		
C1 – Abono Constitucional de Férias	2,93%	0,00
C2 - 13º Salário	9,28%	0,00
C - Abono e 13º Salário	12,21%	0,00
GRUPO "D"		
D1 - Indenizações Compensatórias por Demissão sem Justa Causa	5,00%	0,00
D2 - Contribuição Social (art.1º da lei complementar 110/01)	0,50%	0,00
D3 - Aviso Prévio Indenizado	1,00%	0,00
D4 - Reflexo do aviso prévio Indenizado sobre férias e 13º salário	0,20%	0,00
D5 - Indenização Adicional	5,10%	0,00
D - Indenizações	11,80%	0,00
GRUPO "E"		
E1 - Licença Maternidade	%	0,00
E2 - Auxílio Acidente do Trabalho >15 Dias	%	0,00
E3 - Incidência de FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	%	0,00
E4 - Incidência de FGTS sobre reflexo do Aviso Prévio Indenizado no 13º Salário	%	0,00
E5 - Abono Pecuniário	%	0,00
E - Aprovisionamento de Casos Especiais	%	0,00
GRUPO "F"		
F1 - Grupo A x (grupo B + Grupo C)	%	0,00
F - Incidências Cumulativas Percentagem Total Valor dos Encargos Sociais	%	0,00
Percentagem Total	%	
Valor dos Encargos Sociais		0,00
III - VALOR TOTAL DA MÃO-DE-OBRA (Remuneração + Reserva Técnica + Encargos Sociais)		0,00
IV - INSUMOS		
Vale Transporte [C x N - (S x 0,06)]		0,00
Alimentação [C x N x 0,95]		0,00
Uniforme		0,00
EPI (5% sobre o valor total da Remuneração)		0,00
Diárias de Viagem		0,00
Valor total dos insumos		0,00
V - DEMAIS COMPONENTES		
Taxa de BDI - Benefícios e Despesas Indiretas (aplicada sobre III + IV)	%	0,00
VI - PREÇO MENSAL UNITÁRIO DO HOMEM (III+IV+V)		0,00

Observações

C= Custo médio do vale-transporte ou de alimentação. N= Número de vezes incidentes do insumo.

S= Salário normativo da categoria.

Utilização de 22 (vinte e dois) dias úteis ao mês.